



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
Subseções Judiciárias de Ouricuri e de Salgueiro

Seleção Pública de Estagiários para Área Jurídica

Instruções

1. Esta prova é composta por 40 (quarenta) questões objetivas e 01 (uma) questão subjetiva, com uma folha de rascunho. Verifique se todas as folhas estão contidas. Em caso de irregularidade, comunique imediatamente o fiscal de prova.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova.
3. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos Fiscais.
4. Após a conferência do nome do candidato, assine a prova no local indicado. A prova objetiva é composta por questões de múltipla escolha, em que há somente uma alternativa correta. Transcreva para o gabarito o resultado que julgar correto em cada questão, preenchendo o círculo correspondente com caneta esferográfica de tinta preta/azul.
5. No gabarito a ser preenchido anulam a questão: a marcação de mais de uma alternativa em uma mesma questão, rasuras ou preenchimento de lápis. Em caso de erro, não haverá substituição do gabarito por outro.
6. Não serão permitidos empréstimos de materiais, consultas e comunicações entre os candidatos, tampouco o uso de livros, cadernos e outros materiais.
7. Aparelhos eletrônicos, tais como celulares, relógios digitais, computadores devem permanecer desligados enquanto o candidato realizar a prova. O uso de bonés e óculos escuros está proibido.
8. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Fiscal.
9. A prova terá a duração de 4 (quatro) horas, devendo o candidato durante este tempo também preencher o gabarito. Prorrogações não serão permitidas.
10. O descumprimento de quaisquer dessas normas, inclusive aquelas previstas em edital, poderá acarretar na exclusão do candidato do certame.
11. As dúvidas porventura existentes deverão ser solucionadas pelos membros da comissão.

Nome completo:

Número de inscrição:

Assinatura: _____

Questões do grupo I

1- (Analista TRT/2ª – 2008 – FCC) O Poder Constituinte originário caracteriza-se por ser:

- a) Autônomo e condicionado.
- b) Reformador e decorrente.
- c) Condicionado e decorrente
- d) Inicial, ilimitado e reformador.
- e) Inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.

2 – (Analista TRE/MG – 2005 – FCC) Tendo em vista a classificação das constituições, pode-se dizer que a Constituição da República Federativa do Brasil vigente é considerada escrita e legal, assim como:

- a) Super-rígida popular, histórica, sintética e semântica.
- b) Rígida, promulgada, dogmática, analítica e formal.
- c) Semi-rígida, democrática, dogmática, sintética e pactuada.
- d) Flexível, outorgada, dogmática, analítica e nominalista.
- e) Flexível, promulgada, histórica, analítica e formal.

3 – (Analista – TJ/MT – 2008 – Vunesp)

Quando a falta de norma regulamentadora impedir o exercício dos direitos e liberdades constitucionais do cidadão, este poderá ajuizar:

- a) O mandado de segurança.
- b) Mandado de injunção.
- c) O *habeas data*.
- d) A ação direta de inconstitucionalidade.
- e) A ação popular.

4 – (Analista – TRT/24ª – 2006 – FCC) É cargo privativo de brasileiro nato:

- a) Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.
- b) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- c) Procurador Geral da República.
- d) Ministro de Estado de Defesa.
- e) Governador de Estado, Território e do Distrito Federal.

5 – (Analista – TRE/BA – 2005 – Cespe) A Constituição de 1988 conferiu ênfase não mais ao sistema difuso ou incidente, mas ao modelo concentrado de controle de constitucionalidade, uma vez que praticamente todas as controvérsias constitucionais relevantes passaram a ser submetidas ao Supremo Tribunal Federal (STF), mediante processo de controle abstrato de normas. A ampla legitimação, a

presteza e a celeridade desse modelo processual, dotado, inclusive, da possibilidade de se suspender imediatamente a eficácia do ato normativo questionado, mediante pedido de cautelar, constituem elemento explicativo de tal tendência. *Gilmar Ferreira Mendes. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidades: estudos de direito constitucional. 3ª Ed. Ver. E ampl. São Paulo: Saraiva, 2004* (com adaptações).

A partir do tema do texto acima, assinale a opção correta acerca dos sistemas difuso e concentrado de controle de constitucionalidade.

- a) No Brasil, o processo de controle de constitucionalidade cumpre dupla função, pois funciona como instrumento de defesa da ordem objetiva e como defesa de posições subjetivas.
- b) A sistemática adotada pela Constituição Federal para o controle de constitucionalidade de normas impede que questões individuais sejam submetidas ao STF mediante ação direta de inconstitucionalidade.
- c) O sistema concentrado outorga aos juízes e tribunais o poder de afastar a aplicação da lei *in concreto*.
- d) A ação civil pública não pode ser utilizada como mecanismo substitutivo da ação direta de inconstitucionalidade, sendo impossível a realização, por meio dela, de controle de constitucionalidade, ainda que incidental.
- e) O modelo brasileiro, de controle de constitucionalidade, como interpretado pelo STF, admite o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade contra direito preconstitucional em face da Constituição Federal.

6 – (Analista – TRF/4ª – 2004 – FCC) No que diz respeito aos Tribunais Regionais Federais, considere:

I – As competências da Justiça Federal e da Justiça Comum vêm taxativamente previstas no texto constitucional vigente, sendo que as competências das demais Justiças são subsidiárias.

II – Aos Tribunais Regionais Federais não se aplica a regra do quinto constitucional, por ser prerrogativa dos Tribunais dos Estados.

III – Caberá aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar originariamente os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes de responsabilidade.

IV – Ao juiz federal compete processar e julgar também as causas em que a entidade autárquica da União for

interessada na condição de assistente, exceto, entre outras, as de falência.

V – As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte, e quando for ré, poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor.

Nesses casos, é correto APENAS o que consta em:

- a) I, II e IV.
- b) I e V.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.
- e) III, IV e V.

7 – (Analista – TSE – 2006 – Cespe, modificada) De acordo com o art. 37 da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios deve obedecer aos princípios de legalidade,

- a) Qualidade, liberdade, pluralidade e eficiência.
- b) Impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- c) Impessoalidade, moralidade, pluralidade e eficiência.
- d) Imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- e) N.D.R.

8 – (Analista – TRE/BA – 2003 – FCC) A revisão dos atos subordinados configura uma das faculdades do poder:

- a) Discricionário.
- b) De polícia.
- c) Disciplinar.
- d) Hierárquico.
- e) Regulamentar.

9 – (Analista – TRT/11ª – 2005 – FCC) A possibilidade que certos atos administrativos ensejam de imediata e direta execução pela própria Administração, independentemente de ordem judicial, decorre do:

- a) Atributo da auto-executoriedade.
- b) Requisitos da presunção de legitimidade.
- c) Atributo da finalidade.
- d) Requisito da imperatividade.
- e) Atributo da competência.

10 – (Analista – TRE/MS – 2007 – FCC) Dentre os critérios de classificação dos atos administrativos, considere os seguintes

conceitos: aqueles que contêm um comando geral visando a correta aplicação da lei; os que certificam, atentam ou declaram um fato; os que decorrem da vontade de um só órgão, mas a sua exequibilidade depende da confirmação de outro órgão superior; aqueles que decorrem da vontade de mais de um órgão. Esses conceitos referem-se, respectivamente, aos atos:

- a) Ordinatórios, normativos, complexos e compostos.
- b) Enunciativos, normativos, compostos e complexos.
- c) Normativos, enunciativos, complexos e compostos.
- d) Ordinatórios, enunciativos, compostos e complexos.
- e) Normativos, enunciativos, compostos e complexos.

11 – (Analista – TRE/BA – 2003 – FCC) Da apreciação da conveniência e oportunidade do ato administrativo pode resultar a:

- a) Revogação.
- b) Nulidade.
- c) Anulação.
- d) Invalidação.
- e) Repristinação.

12 – Analista – TRE/SP – 2006 – FCC) Com relação à lei de improbidade administrativa, é INCORRETO afirmar:

- a) É irrelevante a aprovação das contas pelo Tribunal de Contas competente para a caracterização do ato de improbidade administrativa.
- b) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte atuará, obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.
- c) As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) não são obrigatoriamente cumulativas.
- d) É pressuposto necessário, para a tipificação dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário, a obtenção de vantagem patrimonial pelo agente.
- e) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio.

13 – (Analista – TRT/23ª – 2007 – FCC) O art. 5º, XXXVII da Constituição Federal dispõe que “não haverá juízo ou tribunal de exceção.” Esse dispositivo consagra, em relação à jurisdição, o princípio:

- a) Da especialização.
- b) Da improrrogabilidade da jurisdição.
- c) Da indeclinabilidade da jurisdição.
- d) Do juiz natural.
- e) Da indelegabilidade da jurisdição.

14 – (Analista – TRT/6ª – 2006 – FCC) Paulo e Pedro são réus num processo ordinário. Paulo foi citado por Oficial de Justiça no dia 1 de maio de 2006; o mandado de citação foi juntado aos autos no dia 8 de maio de 2006. Pedro foi citado por precatória no dia 10 de maio de 2006; o mandado de citação foi juntado aos autos da carta precatória no dia 15 de maio de 2006; a precatória devidamente cumprida foi devolvida e juntada aos autos principais no dia 18 de maio de 2006. O prazo para resposta de Paulo começa a correr da data:

- a) Da juntada da precatória expedida para citação de Pedro aos autos principais.
- b) Em que o mesmo foi citado.
- c) Da juntada aos autos do mandado de citação de Paulo devidamente cumprido.
- d) Da citação de Pedro.
- e) Da juntada aos autos do mandado de citação de Pedro devidamente cumprido.

15 – (Analista – TRT/10ª – 2004 – Cespe) No processo civil, a incompetência em razão da matéria é:

- a) Relativa e deve ser suscitada mediante exceção.
- b) Relativa e deve ser argüida como preliminar na contestação.
- c) Relativa, mas o Juiz dela pode conhecer de ofício.
- d) Absoluta e só pode ser suscitada mediante exceção.
- e) Absoluta e deve ser argüida como preliminar na contestação.

16 – (Analista – TRT/3ª – 2005 – FCC) Extingue-se o processo com apreciação do mérito, se o Juiz:

- a) Indeferir a petição inicial.
- b) Reconhecer a carência de ação.
- c) Acolher o pedido de desistência da ação.
- d) Acolher a alegação de prescrição ou de decadência.
- e) Acolher a alegação de coisa julgada.

17 – (Analista – TRT/2ª – 2008 – FCC) A respeito das provas, é correto afirmar:

a) Não pode ser impugnada a autenticidade de cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo próprio advogado sob sua responsabilidade pessoal.

b) A confissão extrajudicial feita por escrito à parte ou a quem a represente tem a mesma eficácia probatória da judicial.

c) O juiz não pode determinar, de ofício, após o encerramento da instrução, o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa.

d) A instauração de incidente de falsidade de documento juntado aos autos não implica suspensão do processo principal.

e) Se o juiz determinar, de ofício, nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida, a segunda perícia substitui a primeira, que não mais terá valor probante.

18 – (Analista – TRT/4ª – 2005 – FCC) Considera-se inepta a petição inicial, dentre outras hipóteses, quando:

a) A parte for manifestamente ilegítima

b) Contiver pedidos incompatíveis entre si.

c) O autor carecer de interesse processual.

d) O tipo de procedimento escolhido não corresponder à natureza da causa.

e) O Juiz verificar desde logo a decadência ou a prescrição.

19 – (Analista – TRF/4ª – 2004 – FCC) São pessoas jurídicas de direito público interno as:

a) Sociedades

b) Associações em geral

c) Associações autorizadas pelo Poder Executivo.

d) Autarquias

e) Fundações.

20 – (Analista – TRE/SP – 2006 – FCC) Com relação aos contratos, considere as seguintes assertivas:

I – É ilícito às partes estipular contratos atípicos.

II – Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

III – Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto.

IV – O contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, inclusive quanto à forma.

De acordo com o Código Civil Brasileiro, está correto o que consta APENAS em:

- a) I e II.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II e III.
- e) III e IV.

Questões do Grupo II

21 – (Analista – TRE/SP – 2006 – FCC) Com relação ao sujeito ativo e passivo do crime, é correto afirmar que:

- a) a pessoa jurídica, como titular de bens jurídicos protegidos pela lei penal, pode ser sujeito passivo de determinados crimes.
- b) sujeito ativo do crime é o titular do bem jurídico lesado ou ameaçado pela conduta criminosa.
- c) sujeito passivo do crime é aquele que pratica a conduta típica descrita na lei, ou seja, o fato típico.
- d) o Estado, pessoa jurídica de direito público, não pode ser sujeito passivo de crime, sendo apenas o funcionário público diretamente afetado pela conduta criminosa.
- e) o homem pode ser, ao mesmo tempo, sujeito ativo e sujeito passivo de crime, como no caso de autolesão para a prática de fraude contra seguro (art. 171, parágrafo 2º, inciso V, CP).

22- (Analista – TRE/SE – 2007 – FCC) Tipicidade é:

- a) descrição do fato no texto legal
- b) adequação da conduta ao tipo
- c) comparação da conduta particular com a culpabilidade concreta e descrita no tipo
- d) ação ilícita ou contrária ao direito
- e) juízo de reprovação social

23- (Analista – TJ/PA – 2009 – FCC) Se diante de um determinado fato delitivo, verificar-se que há dolo na conduta inicial e culpa no resultado final, pode-se dizer que se configurou crime:

- a) doloso puro
- b) preterdoloso
- c) doloso misto
- d) culposo misto
- e) doloso alternativo

24- (Analista – TRE/MS – 2007 – FCC) João, ciente de que José pretende matar seu desafeto, empresta-lhe uma arma para

esse fim. Consumado o homicídio, João será considerado:

- a) autor imediato
- b) partícipe
- c) co-autor
- d) autor mediato
- e) autor principal

25 – (Analista – TRE/MG – 2005 – FCC) O Código Penal vigente NÃO considera pena restritiva de direitos a:

- a) prestação pecuniária
- b) multa
- c) perda de bens e valores
- d) prestação de serviços à comunidade
- e) limitação de fim de semana

26 – (Analista – TRF/4ª – 2007 – FCC) São causas extintivas de punibilidade, previstas no Código Penal, além de outras:

- a) renúncia do direito de queixa, nos crimes de ação privada; e casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes
- b) anistia; perdão judicial, nos casos previstos em lei; morte da vítima; e decurso do prazo
- c) retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso; prescrição; decadência ou perempção; e casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes
- d) morte do agente; anistia, graça ou indulto; retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso; e prescrição, decadência ou perempção
- e) prescrição, decadência, menoridade do agente; morte da vítima; e agente maior de setenta anos na data do crime

27 – (Analista – TJ/PI – 2009 – FCC) Dentre os princípios característicos do processo penal moderno, segundo a doutrina, é correto destacar:

- a) da obrigatoriedade, do contraditório, do estado de inocência, da fungibilidade, da legalidade
- b) da ampla defesa, da oficialidade, da indisponibilidade, da indesistibilidade, da legalidade
- c) da verdade real, da indivisibilidade, da oportunidade, da intranscendência, da informalidade
- d) do estado de inocência, do contraditório, da verdade real, da oralidade, da publicidade, do juiz natural

e) da economia processual, da ampla defesa, da indivisibilidade, da obrigatoriedade

28 - (Analista – TJ/SE – 2009 – FCC) A respeito do Inquérito Policial é correto afirmar:

- a) o inquérito policial pode ser presidido pelo Ministério Público
- b) o inquérito policial uma vez instaurado, não poderá ser arquivado pela autoridade policial
- c) o sigilo do inquérito policial, necessário à elucidação do fato, estende-se ao Ministério Público
- d) o princípio do contraditório deve ser observado no inquérito policial
- e) o inquérito policial constitui-se na única forma de investigação criminal

29 - (Analista – TRE/MS – 2007 – FCC) Nos crimes de Ação Penal Privada, salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa se não o exercer dentro do prazo de:

- a) seis meses, contado do dia em que for praticado o último ato de execução da infração penal
- b) seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime
- c) seis meses, contado do dia em que for praticado o primeiro ato de execução da infração penal
- d) doze meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime
- e) doze meses, contado do dia em que for praticado o último ato de execução da infração penal

30 - (Analista – TRF/1ª – 2006 – FCC) A ação penal privada subsidiária da pública pode ser ajuizada pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo se:

- a) não concordar com os termos da denúncia apresentada pelo Ministério Público
- b) o Ministério Público tiver requerido o arquivamento do inquérito policial
- c) a denúncia apresentada pelo Ministério Público for rejeitada pelo Juiz
- d) o Ministério Público tiver devolvido o inquérito à polícia para novas diligências
- e) a ação penal pública não for intentada no prazo legal

31 - (Analista – TRF/4ª – 2004 – FCC) A respeito da prisão preventiva, é certo que só pode ser decretada:

- a) para conveniência da instrução criminal, quando o réu não tiver residência fixa, nem profissão definida
- b) a requerimento do Ministério Público e até o encerramento da instrução criminal
- c) para garantia da ordem pública e para acautelar o meio social e a própria credibilidade da Justiça
- d) quando houver prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria
- e) para garantir a incolumidade do acusado, com o propósito de assegurar o futuro cumprimento da pena.

32 - (Analista – TJ/PI – 2009 – FCC) Segundo a lei processual penal, são consideradas espécies de prisão em flagrante:

- a) preparado, putativo e próprio
- b) forjado, presumido e especial
- c) próprio, forjado e presumido
- d) esperado, presumido e preparado
- e) próprio, impróprio e presumido

33 - (Analista – TRF/3ª – 2007 – FCC) Nos termos da Constituição Federal, cuidando-se de matéria relativa à limitação do poder de tributar, **NÃO** é vedado:

- a) à União, dentre outras hipóteses, instituir isenções de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- b) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- c) à União, aos Estados e aos Municípios, cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos depois do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- d) aos Municípios utilizar tributo com efeito de confisco e instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
- e) ao Distrito Federal instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

34 - (Analista – TRF/4ª – 2007 – FCC) Dentre outras hipóteses, suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- a) o depósito do seu montante integral e a moratória
- b) o pagamento e a prescrição
- c) o depósito do seu montante integral e a remissão
- d) a remissão e a transação
- e) o parcelamento e a compensação

35 – (Analista – TSE – 2006 – CESPE, modificada) A consignação em pagamento é a forma de extinção do crédito tributário requerida em juízo, em razão de determinados atos, por parte do fisco, que impedem o pagamento normal de uma obrigação tributária. Entretanto, **NÃO** configura hipótese de utilização da consignação em pagamento o fato de o fisco:

- a) recusar-se a receber o pagamento
- b) subordinar o recebimento ao pagamento de um outro tributo
- c) subordinar o recebimento ao cumprimento de obrigação acessória
- d) subordinar o recebimento ao cumprimento de exigências administrativas legalmente impostas.
- e) exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador

36 – (FCC/Auditor Fiscal/Mun de São Paulo/2007) De conformidade com a sistemática do Código Tributário Nacional, o crédito tributário é constituído

- a) pelo fato gerador da obrigação tributária principal
- b) pela obrigação tributária principal
- c) por lei ordinária
- d) por lei complementar
- e) pelo lançamento

37 – (Auditor-Fiscal da Receita Federal Área de Tecnologia da Informação 2005/2006 – ESAF) A Lei de Benefícios da Previdência Social (8.213/91), no art. 16, arrola como beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, exceto:

- a) Cônjuge
- b) A companheira e o companheiro
- c) Os pais
- d) O filho não emancipado, de qualquer condição, inválido ou menor de 21(vinte e

um) anos, ou se estudante, menor de 25(vinte e cinco) anos.

- e) O irmão não emancipado, de qualquer condição, inválido ou menor de 21(vinte e um) anos.

38 – (Técnico da Receita Federal Área Tributária e Aduaneira 2006 – ESAF) A seguinte prestação (benefício) somente é concedida aos dependentes, não ao segurado:

- a) Salário-família
- b) Auxílio-reclusão
- c) Salário-maternidade
- d) Auxílio-acidente
- e) Aposentadoria por invalidez

39 – (Juiz Substituto do TRT 14ª Região 2007- Organizado pelo próprio TRT) Independe de carência, a concessão de:

- a) Aposentadoria por invalidez
- b) Aposentadoria por tempo de serviço
- c) Auxílio-doença e aposentadoria por invalidez
- d) Auxílio doença, desde que, após filiar-se ao Regime Geral, o segurado for acometido por neoplasia maligna.
- e) As alternativas “a”, “c” e “d” estão corretas.

40 – (Procurador do Trabalho 2008 – Organizado pelo próprio MPT - modificada) O STF, em vários julgados recentes, já entendeu que o prazo de prescrição da contribuição previdenciária é de:

- a) 5 anos
- b) 10 anos
- c) 20 anos
- d) 30 anos
- e) N.D.R.